



CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

JAINA KEMELY MARANHÃO DA CUNHA

**A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA NO PROCESSO DE TOMADA DE
DECISÃO DAS ORGANIZAÇÕES**

**FORTALEZA
2019**

JAINA KEMELY MARANHÃO DA CUNHA

**A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA NO PROCESSO DE TOMADA DE
DECISÃO DAS ORGANIZAÇÕES**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário Christus – Unichristus para
obtenção do título de bacharel em
administração.

Orientador: Prof. Elnivan Souza

**FORTALEZA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Centro Universitário Christus - Unichristus
Gerada automaticamente pelo Sistema de Elaboração de Ficha Catalográfica do
Centro Universitário Christus - Unichristus, com dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C972i Cunha, Jaina Kemely Maranhão da.
A importância da auditoria externa no processo de tomada de
decisão das organizações / Jaina Kemely Maranhão da Cunha. - 2019.
55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro
Universitário Christus - Unichristus, Curso de 3, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Elnivan Souza.

1. Auditoria externa. 2. Tomada de decisão. 3. Contabilidade. I.
Título.

CDD

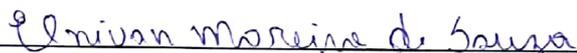
Jaina Kemely Maranhão da Cunha

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA EXTERNA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DAS ORGANIZAÇÕES

Monografia apresentada ao Curso de
Administração do CENTRO UNIVERSITÁRIO
CHRISTUS, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel.

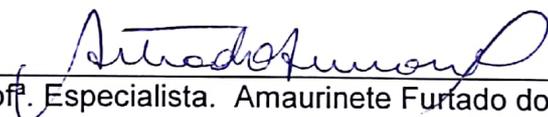
8,0

Média Final



Prof. Dr. Elnivan Moreira de Souza

Orientador



Profª. Especialista. Amaurinete Furtado do Amaral

Examinadora



Profª. Especialista. Clane Ramos Paulino

Examinadora

Data da Aprovação: 02/12/2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre me dar forças nos desafios da vida, me ajudando a ultrapassar barreiras, me dando sabedoria e discernimento para que eu alcance meus objetivos e tenha sucesso.

A minha família por me ensinar a nunca desistir e lutar pelos meus sonhos. E por estar ao meu lado em todos os momentos sempre acreditando em mim.

Aos meus amigos que me ajudaram nos momentos mais difíceis, me motivaram quando precisei de forças para continuar e me fizeram rir em meio a preocupações.

Aos meus professores que me acompanharam e me desenvolveram ao longo da graduação.

A todos, muito obrigada!

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou o que era antes”.

(MARTHIN LUTHER KING)

RESUMO

Com o crescimento econômico mundial as empresas estão cada vez mais propícias a tomar decisões estratégicas para alinhar seu crescimento com as oportunidades que vão surgindo no mercado. Para tomar decisões tão complexas os administradores devem estar munidos de informações para que seja possível avaliar todas as alternativas antes de decidir. A contabilidade tem como uma de suas funções, fornecer informações que subsidiem a tomada de decisão dos administradores. Quando há uma maior segurança que essas informações estão fidedignas e acuradas há uma redução de incertezas no processo de tomada de decisão. Desta forma, objetivo deste estudo é analisar a percepção de auditores independentes, sobre a influência do trabalho da auditoria externa para tomada de decisão nas organizações auditadas. Esta pesquisa torna-se relevante porque mostra como a auditoria externa auxilia a tomada de decisão, uma vez que esta agrega credibilidade às informações contábeis, utilizadas na decisão. Visto que seu trabalho é validar a informação contábil, e emitir uma opinião se essa informação está acurada e fidedigna. Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de um estudo exploratório, onde foi aplicado um questionário nos auditores mais experientes de uma das empresas de auditoria do grupo denominado como *Big-four*. Acredita-se que os resultados obtidos possibilitaram identificar que a informação contábil oferece base de subsídio para à tomada de decisão; que o trabalho final da auditoria externa é validar a informação contábil emitindo parecer sobre o nível de acuracidade dessa informação, agregando confiabilidade sobre a certeza da informação contábil gerada e, assim, provocando redução das incertezas na tomada de decisão.

Palavras-chave: Auditoria externa, contabilidade, tomada de decisão

ABSTRACT

With global economic growth, companies are increasingly likely to make strategic decisions to align their growth with emerging market opportunities. To make such complex decisions, managers must be provided with information so that all alternatives can be evaluated before deciding. One of the accounting functions is to provide this information to assist management decision-making. Once this information has a greater level of certainty that it is reliable and accurate, there is a reduction of uncertainties during the decision-making process. Therefore, the objective of this study is to analyze the perception of independent auditors about the influence of external audit work on decision-making in the audited companies. This research becomes relevant because it shows how external audit can assist the decision-making process, since it adds credibility to the accounting information used in the process. Because validating accounting information and giving an opinion if this information is accurate and reliable is the main role of the audit work. As for the methodological aspects, this is an exploratory study, where a questionnaire was applied to the most experienced auditors at one of the group's Big-four audit firms. It is believed that with the results obtained in this study it is possible to identify that accounting information provides an assist for decision making; the final work of the external audit is to validate the accounting information by giving an opinion on the accuracy level of this information, adding reliability to the certainty of the accounting information generated and therefore reducing the uncertainties in decision making.

Key words: Accounting, external audit, decision-making

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Modelos de Decisão.....	25
-------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Objeto, função e objetivo final da contabilidade.....	41
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Idade dos respondentes.....	35
Grafico 02 – Tempo de experiência na auditoria.....	35
Gráfico 03 – Cargo dos respondentes.....	35
Gráfico 04 – Resposta dos auditores sobre a pergunta 4 relacionada a processos internos..	36
Grafico 05 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 5 relacionada a processos internos...	37
Grafico 06 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 6 relacionada a processos internos...	38
Grafico 07 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 7 relacionada a processos internos...	38
Grafico 08 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 8 relacionada a informação contábil	39
Grafico 09 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 9 relacionada a informação contábil	40
Grafico 10 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 10 relacionada a informação contábil	41
Grafico 11 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 11 relacionada a informação contábil	42
Grafico 12 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 12 relacionada ao trabalho da auditoria externa.....	43
Grafico 13 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 13 relacionada ao trabalho da auditoria externa.....	44
Grafico 14 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 14 relacionada ao trabalho da auditoria externa.....	44
Grafico 15 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 15 relacionada ao trabalho da auditoria externa.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICPA - *American Institute of Certified Public Accountants*

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

IFAC - *International Federation of Accountants*

INTOSAI - Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

OECD - *Organization for Economic Co-operation and Development*

PRA – Procedimento de Revisão Analítica

SFC/MF - Secretaria Federal de Controle Interno / Ministério da Fazenda

Sumário

1	INTRODUÇÃO	4
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	Auditoria	8
2.1.1	<i>Contexto Histórico</i>	8
2.1.2	<i>Conceito e objeto</i>	9
2.1.3	<i>Tipos de Auditoria</i>	10
2.1.4	<i>Formas de Intervenção da Auditoria.....</i>	11
2.1.4.1	Auditoria Interna.....	11
2.1.4.2	Auditoria Externa ou Independente	12
2.1.5	<i>Conceito de Independência</i>	13
2.1.6	<i>Etapas da Auditoria Externa.....</i>	15
2.1.6.1	Planejamento de Auditoria	15
2.1.6.2	Estudo e Avaliação dos Controles Internos	16
2.1.7	<i>Procedimentos de Auditoria.....</i>	17
2.2	Processo Decisório.....	19
2.2.1	<i>Conceitos.....</i>	19
2.2.2	<i>Tomada de Decisão</i>	21
2.2.3	<i>Níveis da Tomada de Decisão</i>	23
2.3	Papel da Auditoria Externa no Processo Decisório	23
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	25
3.1	Ambiente da Pesquisa	25
3.2	Natureza da Pesquisa	26
3.3	Tipologia da Pesquisa	26
3.4	População e Amostra	27
3.5	Instrumento de Coleta de Dados.....	28
3.6	Tratamento dos Dados	30
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	31
4.1	Resultado da Pesquisa.....	31

4.1.1	Caracterização dos respondentes	31
4.1.2	Processos internos.....	32
4.1.3	Informação contábil	36
4.1.4	Trabalho da auditoria externa.....	39
5	CONCLUSÃO.....	44
	REFERÊNCIAS	46
	ANEXO I.....	51

1 INTRODUÇÃO

Após forte recessão econômica, segundo o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2018) os investimentos no mercado de capitais vêm crescendo relevantemente em 2018, ocupando 12º posição no âmbito mundial, uma vez que o volume de emissões de títulos de ações chegou a atingir 3,2% do PIB Nacional, mostrando assim maior confiança dos investidores na economia do país e na credibilidade das organizações participantes.

Para firmar essa confiança, as sociedades anônimas de capital aberto precisam se adequar as práticas de Governança Corporativa, estipulados pela Bolsa de Valores, que agregarão credibilidade às suas atividades e processos. Segundo a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2018), a boa governança corporativa ajuda a criar um ambiente de confiança, transparência e prestação de contas necessárias para fomentar o investimento de longo prazo, a estabilidade financeira e a integridade dos negócios, apoiando assim um crescimento mais forte e sociedades mais inclusivas.

A visão abordada serve de pontapé inicial para o objeto de estudo deste trabalho, uma vez que os serviços de auditoria independente têm como principal finalidade aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis, cujo objetivo é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade para seus usuários, que são os investidores, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governo e suas agências e ao público (MONTOTO, 2018). Adicionalmente, o auditor possui a obrigatoriedade de transmitir um parecer limpo, claro e livre de qualquer ação fraudulenta sobre as demonstrações contábeis.. Desta forma, esses usuários tomarão conhecimento da conjuntura da empresa sabendo que podem confiar nas informações dispostas nas demonstrações contábeis.

Contudo até a emissão deste parecer os procedimentos de auditoria envolvem uma análise aprofundada dos processos da organização, do seu nível de inserção no mercado e de suas finanças. Ou seja, a auditoria interage com a estrutura da organização em todos os seus níveis para buscar a compreensão necessária dos recursos da empresa e do cenário o qual está inserida, onde, desta forma, possibilita apresentar análises dos processos internos da empresa e de sua estrutura financeira, que irão ajudar na tomada de decisões estratégicas desses dois âmbitos. Desta forma, entende-se que a auditoria externa tem sua importância não somente

para o usuário externo, mas também para confirmar as informações da contabilidade que serão utilizadas pelos gestores durante a tomada de decisão (PITELA, 2000).

Durante as etapas desses procedimentos a equipe de auditoria realiza a análise do tipo de negócio, dos fatores mais importantes que levaram a prováveis crescimentos ou quedas, ou impactaram de alguma forma a organização, além de realizar um estudo do histórico da empresa, para identificar possíveis tendências que poderão influenciar os procedimentos internos da entidade.

Na análise de processos, a auditoria realiza uma leitura das políticas e procedimentos da organização, dos processos mais relevantes, considerando os riscos aos quais a entidade está exposta e se o que está sendo realizado por seus colaboradores está aderente às políticas da empresa ou o padrão definido pela mesma. Desta forma, o auditor consegue avaliar onde estão as possíveis não conformidades que ocasionam ou possam ocasionar erros que fazem a empresa perder ou deixar de receber recursos.

Por último a auditoria realiza a análise financeira e contábil da organização, fundamentando suas bases nos conceitos de contabilidade, nos órgãos e nas normas contábeis nacionais e internacionais (CFC, NBC, CPC, IFRS). De modo que reperforma os procedimentos da empresa em testes e realiza conciliações e recálculos para confirmar que o que está sendo realizado pela organização está livre de erros e de ações fraudulentas.

Assim, os procedimentos realizados pela auditoria independente agregam confiabilidade reduzindo as incertezas provocadas no momento da tomada de decisão estratégica que, seja ela programada ou não programada, deve ter como base dados e informações livres de tendências ou inclinações (CARVALHO, 2012) para interesses que não sejam os da organização e de seus acionistas. Para que assim, a tomada a decisão seja a mais correta possível para o tipo de situação na qual a empresa se encontra, seja algum problema estrutural ou de recursos, ou seja a decisão de expandir a empresa ou fechar uma de suas filiais, por exemplo.

Desta forma, é importante destacar que os entendimentos e informações levantadas por um auditor se encaixam neste quesito, de não ser tendencial, uma vez que são completamente imparciais. Do contrário de figura interna de caráter gerencial da organização, que teria mais dificuldade de fornecer tal imparcialidade, uma vez que estaria inclinada para tratar as informações para favorecer a organização ou até mesmo a interesses pessoais. Confirmando este entendimento, Abreu (2013), pontua que é concedido aos gestores e cargos de confiança,

o poder de tomada de decisão, onde o “juízo gerencial” pode favorecer aos objetivos pessoais dos gestores mais do que dos acionistas, gerando conflito de interesses.

Portanto, os auditores, como agentes imparciais aos interesses de terceiros, mas completamente atentos aos fatos ocorridos e que ocorrem na organização, exercem a função de entregar a informação final de forma totalmente independente e desinteressada em relação aos interesses de uma figura específica (SILVA, 2006).

Isto posto, é possível levantar a problemática que guiará este estudo: quais contribuições a auditoria externa gera para o processo de tomada de decisão de organizações na visão dos auditores independentes? Uma vez que o próprio auditor é peça chave para esse entendimento.

Endente-se como pressuposto para esse questionamento que a auditoria é importante para as empresas, pois possui o objetivo de emitir um parecer sobre as demonstrações contábeis, e que para a realização deste objetivo, a auditoria realiza análises importantes sobre a posição financeira da empresa e sobre seus processos internos. Tais análises ocasionam mudanças na rotina da empresa, uma vez que os auditores indicam as melhores práticas para os principais processos da entidade, podendo assim, exercer influência para a tomada de decisão dos executivos. De acordo com o que foi pontuado até o momento, este trabalho tem como objetivo geral analisar a percepção de auditores externos de um a das empresas de auditoria do grupo *Big four*, sobre a influência do trabalho da auditoria externa para tomada de decisão nas organizações auditadas.

Objetivando uma percepção mais detalhada do assunto, foram definidos os seguintes objetivos específicos que estão voltados para a importância da opinião da auditoria externa para a redução da incerteza na tomada de decisão:

- Compreender a importância da confirmação da auditoria externa referente a conformidade nos processos internos que afetam a informação contábil;
- Compreender a importância de um parecer favorável da auditoria externa sobre a acuracidade da informação contábil.

A relevância deste estudo se dá pela importância da auditoria externa nas organizações, uma vez que ela vai ajudar as empresas a estabelecer direcionamento, preparo, informação, organização e compreensão de como os processos internos afetam a empresa, podendo usar os recursos de forma eficiente e eficaz a partir das recomendações da equipe de

auditoria e, desta forma, poder tomar as melhores decisões para alcançar os objetivos da organização.

Por fim, a estrutura deste trabalho será dividida em quatro seções, que são, introdução; onde é possível encontrar a contextualização da situação abordada, sua problematização, sua justificativa, ou seja, sua relevância para a sociedade ou para o público leitor do estudo e seus objetivos geral e específicos. Na segunda seção o referencial teórico no qual foi aprofundado na literatura os conceitos relacionados à problematização do estudo.

A terceira seção foi apresentada a metodologia da pesquisa, onde foi detalhado os conceitos de natureza exploratória, no método qualitativo. O método utilizado será de questionário entre os auditores mais experientes da empresa, de modo a aprofundar o assunto, uma vez que possuem maior experiência, pois são encarregados dos projetos e equipes de auditoria e trazem uma visão mais completa sobre a influência da auditoria independente dentro das organizações. O ambiente da pesquisa foi a filial de Fortaleza da empresa. Para finalizar, na quarta e última seção foram apresentados os dados extraídos do questionário e das entrevistas e onde foi realizada a análise dos mesmos. Ao final do trabalho, as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico abordará de maneira aprofundada os conceitos relacionados a auditoria externa e tomada de decisão, necessários para construção de base teórica, de modo que fique compreensível para o leitor os objetivos deste trabalho e o estudo o qual será realizado para responder a questão chave da pesquisa.

2.1 Auditoria

Para melhor didática, este tópico foi dividido em vários subtópicos com objetivo de estreitar o conteúdo aos objetivos específicos propostos.

2.1.1 Contexto Histórico

Segundo Pereira e Duarte Jr. (2009), a evolução da auditoria é diretamente proporcional a evolução da contabilidade, síntese do crescimento das organizações e do aumento de suas atividades produtoras, gerando uma gestão e práticas financeiras de alto nível de complexidade. O deslançar da economia e do comércio na Inglaterra e na Holanda, ao final do século XX, além dos Estados Unidos, onde hoje a profissão é mais desenvolvida, que determinou a evolução da auditoria como consequência do crescimento das empresas, do aumento de sua complexidade e do envolvimento do interesse da economia popular nos grandes empreendimentos (SOUZA; DYNIEWICZ, 2012).

Ainda segundo Souza, Dyniewicz E Kalinowski (2010), o acontecimento histórico significativo que contribuiu para a evolução da Auditoria no mundo foi a Revolução Industrial, uma vez que esse período houve uma explosão de empresas de grande porte, com estruturas consideradas mais complexas e que passaram a demandar procedimentos de controle mais aperfeiçoados e detalhados.

No Brasil, a auditoria teve início em sua época colonial, na conferência do recolhimento dos tributos ao tesouro. Ao longo do sistema capitalista, a expansão comercial e a forte concorrência provocaram às entidades a necessidade de ampliar sua estrutura física, investir em tecnologia e aperfeiçoar os controles e procedimentos internos, como por exemplo, a redução de custos, com a intenção de tornar seus produtos mais competitivos no mercado. (CREPALDI, 2010).

Desta forma, tornou-se necessário angariar recursos para realizar esses objetivos, sendo necessário aderir a empréstimos em longo prazo e abertura do capital social para venda de ações. Contudo, os bancos e investidores, precisavam entender sobre as condições financeiras e patrimoniais da entidade, sua capacidade de honrar com obrigações, seus índices de liquidez e rentabilidade. (SOUZA, DYNIEWICZ e KALINOWSKI, 2010).

Attie (2009) ainda apresenta as principais influências que possibilitaram o desenvolvimento da Auditoria no Brasil, que foram, a criação de filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras; o financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais; o crescimento das empresas brasileiras e a necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas; a evolução do mercado de capitais; a criação de normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972 e a criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades Anônimas em 1976. Desta forma, somente a partir da década de 70 a Auditoria foi oficialmente regulamentada como profissão no Brasil.

Diante desses acontecimentos, surgem estudos para que a Auditoria pudesse ser desenvolvida por amostragem, visto que é inviável revisar a totalidade das operações na empresa. Foi então que a Auditoria deixou de ser apresentada como fiscalizadora para ser vista como um trabalho de verificação da qualidade das demonstrações financeiras em relação aos princípios de contabilidade.

2.1.2 *Conceito e objeto*

O termo *auditoria*, provém da palavra inglesa *audit*, com significado de (examinar, ajustar e certificar). Em seguida traduzida para o verbo latino *audire* com o significado de “ouvir”. Segundo Souza et al (2010), a auditoria nasceu na Inglaterra, uma vez que foi o império pioneiro do comércio mundial e que iniciou a disseminação da atividade de investir em outros países, conseqüentemente, auditando os investimentos desses países.

Atualmente entendemos a auditoria com uma definição mais abrangente: um estudo minucioso de todas as operações da entidade e seus *stakeholders*, ou seja, desde o funcionamento de seus processos até a entrada e saída de cada recurso, tendo como finalidade analisar dados emitidos pela própria entidade para emitir um parecer imparcial sobre sua situação econômico-financeira. Durante esse processo, consegue também, identificar

possíveis falhas no controle interno e financeiro, apresentando aos gestores, no final da auditoria, um relatório com recomendações para melhoria desses controles. (ALBERTON, 2012).

Fundamentando o conceito anterior, Crepaldi (2010), coloca que auditoria é o levantamento, o estudo e a avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e demonstrações financeiras de uma entidade. Onde podemos adicionar o conceito de Attie (2009) pontuando que a auditoria é um exame de dados da entidade que engloba a verificação documental, os livros, registros, a obtenção de evidências de informações de caráter interno ou externo que se relacionam com o controle do patrimônio e a exatidão dos registros e as demonstrações deles decorrentes.

A *International Organization of Supreme Audit Institutions* – INTOSAI (Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria), onde está direcionada ao controle das finanças públicas, define auditoria como “o exame das operações, atividades e sistemas de determinada entidade, com vista a verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e normas”.

Já a *International Federation of Accountants* – IFAC (Federação Internacional de Contadores) define auditoria como “uma verificação ou exame feito por um auditor dos documentos de prestação de contas com o objetivo de o habilitar a expressar uma opinião sobre os referidos documentos de modo a dar aos mesmos a maior credibilidade”.

Desta forma, entende-se que a auditoria tem como objeto, o conjunto de todos os tipos de controle de patrimônio utilizado pela entidade, como registros contábeis, papéis, documentos, arquivos digitais, relatos dos próprios indivíduos que exercem atividades relacionadas com o patrimônio e as finanças da entidade, desde que possua evidências que comprovem a veracidade do relato. Exercendo assim, ação preventiva para confirmar que as informações apresentadas são fidedignas (BARBOSA, 2016).

2.1.3 Tipos de Auditoria

Baseando-se em suas definições, Crepaldi (2010), separa a auditoria em dois tipos:

- Auditoria das Demonstrações Financeiras: a qual trata-se do exame das informações da entidade destinadas a mostrar sua evolução financeira e

patrimonial aos administradores e a terceiros (como investidores, financiadores, fornecedores e clientes);

- Auditoria Operacional ou de Gestão: é um processo de análise para avaliar se os recursos da entidade estão sendo utilizados de forma eficaz e eficiente, confrontando o desempenho real com o esperado, levando à alta cúpula, recomendações de melhoria para atingir os objetivos da organização;

Segundo a Instrução Normativa SFC nº 01/2001 e Crepaldi (2010) é importante destacar que para os tipos de auditoria a seguir, o auditor não emite um parecer com opinião, e sim elabora relatório com a execução dos trabalhos, suas análises e conclusão.

- Auditoria Especial: tem como objetivo o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, como exames de fraudes, irregularidades, fusão, aquisição e incorporação de empresas, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente;
- Auditoria Tributária: a qual objetiva a verificação, análise e avaliação do planejamento tributário da organização, a eficácia, eficiência e acuracidade dos procedimentos e controles adotados para todas as operações fisco-tributárias que incidam taxas nas atividades da entidade.
- Auditoria de Sistemas Informatizados: conforme autor, este tipo de auditoria compreende o exame e avaliação dos processos de planejamento, desenvolvimento de testes e sistemas. Além da avaliação da estrutura física, lógica, ambiental, controle de segurança proteção de ativos imobilizados e intangíveis e banco de dados.

A partir das definições apresentadas, será aprofundado neste trabalho a Auditoria das Demonstrações Financeiras como ferramenta fundamental na tomada de decisões estratégicas na entidade.

2.1.4 Formas de Intervenção da Auditoria

A auditoria possui duas formas de intervenção, as quais foram aprofundadas neste estudo logo a seguir.

2.1.4.1 Auditoria Interna

Conforme NBC T11, a auditoria interna trata-se do conjunto de procedimentos com objetivo de analisar e avaliar a adequação, eficácia e eficiência dos controles internos, das informações físicas, contábeis, financeiras, operacionais e administrativas da entidade.

Crepaldi (2010), afirma que é uma atividade de avaliação independente dentro da organização, que se destina a revisar as operações como um serviço prestado à administração. Constituindo um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles.

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em sua norma técnica NBC TI define que:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Barbosa (2016) afirmou, auditoria interna é uma área de suporte que trabalha especificamente com intuito de fazer uma análise técnica da empresa sobre o que pode estar afetando o seu resultado. De acordo com a definição de 2012 do Instituto de Auditores Internos, a “auditoria interna é uma atividade independente e objetiva, que presta serviços de avaliação e consultoria e tem como objetivo adicionar valor e melhorar as operações de uma organização.

Importante salientar o conceito de independência para a auditoria interna. Trata-se do fato de que sua função requer do profissional competência técnica exigida do trabalho a ser executado com qualidade, credibilidade, autonomia, sigilo e relacionamento com outras pessoas, mantendo o equilíbrio e os padrões morais na conduta do auditor, observadas as normas brasileiras de auditoria e demais normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ou por ele recepcionadas (FUSIGER et al., 2015).

2.1.4.2 Auditoria Externa ou Independente

Auditoria Externa nasceu a partir crescimento do mercado e a exigência de uma opinião independente aos negócios das empresas. Uma vez que a uma figura externa poderia transmitir uma opinião totalmente imparcial e livre de interesses pessoais. Desta forma,

segunda Fusiger et al (2015) o auditor externo independente é quem vai coordenar a auditoria, em concordância com as respectivas normas, das demonstrações contábeis.

Pereira e Duarte Jr. (2009) afirmam que fatores como a preocupação de que as informações publicadas estivessem corretas, o cumprimento dos objetivos de forma eficiente, o aumento do capital que foi investido e o retorno desse investimento, contribuíram com o surgimento da obrigatoriedade de que fosse emitida uma opinião de alguém sem vínculos aos negócios das entidades, e que de maneira independente validasse a qualidade e exatidão das informações geradas.

Crepaldi (2010) afirma que a auditoria das demonstrações contábeis consiste em um agrupamento e técnicas e procedimentos que têm como objetivo a emissão de um relatório sobre sua conformidade referente aos princípios fundamentais de contabilidade e suas leis.

Complementando, Franco e Marra (2009) apresentam que o objetivo da auditoria externa é o estudo e controle do patrimônio das entidades, dentro de uma perspectiva econômica e financeira, examinando seus fatores quantitativos e qualitativos e as mutações sofridas no período avaliado.

Attie (2009) diz que os procedimentos aplicados em uma auditoria e a extensão de sua aplicação são determinados pelo julgamento do auditor que deve considerar a natureza e os problemas da empresa e observar a qualidade e eficiência de seus procedimentos contábeis e seus controles internos.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução 1.203/09 (pg. 04):

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar essa opinião.

Após evidenciar as diferenças entre a auditoria interna e externa, será analisado a seguir o conceito de independência, as etapas da auditoria e a ligação de cada uma com a tomada de decisão estratégica e sua utilização pela administração da entidade.

2.1.5 *Conceito de Independência*

A resolução do CFC Nº 1.203 aprova a NBC TA 200, a qual abrange todos os requisitos de um auditor independente determinando suas principais responsabilidades as quais são adequadas para todos os tipos de auditoria. Dentre esses requisitos, podemos destacar a execução das obrigações éticas, que são a integridade do auditor, sua objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e conduta profissional; o exercício de julgamento profissional, que são as decisões tomadas pelo auditor sobre os cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria, baseada em seu julgamento e respeitando normas contábeis, éticas e de auditoria; e o ceticismo profissional que trata-se da postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.

Foi observado na literatura desta pesquisa que os autores evidenciam que a tomada de decisões dos auditores está mais associada aos princípios éticos do que aos fatores técnicos. Uma vez que, a opinião do auditor sobre determinada situação induzirá a opinião de outras pessoas na entidade, por isso deve ser coerente e íntegro (ATTIE, 2009)

Segundo o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA, 2010):

A independência é definida como: Independência da mente, que é o estado de mente que permite ao auditor a realização de um serviço sem ser afetado por influências que comprometam o seu julgamento profissional, permitindo um indivíduo a agir com integridade e objetividade e exercitar a objetividade e o ceticismo profissional. Independência de aparência: evitar circunstâncias que poderiam causar em terceiros, o conhecimento de todas as informações pertinentes, incluindo as garantias aplicadas, para concluir com razoabilidade que a integridade, a objetividade ou o ceticismo profissional de uma empresa ou um membro da equipe tenha sido comprometido.

Além dos pontos citados a NBC TA 200 determina também, que o auditor deve ser independente à entidade auditada, ou seja, não deve haver nenhuma relação entre a entidade, seja comercial ou trabalhista anterior, ou nenhuma relação afetiva com nenhum membro de cargo de confiança da entidade. Para que desta forma, não haja nenhum conflito de interesse que quebre a independência da auditoria. Longo (2011), afirma que a independência é fundamental, pois salvaguarda a capacidade do auditor em formar uma opinião de ceticismo profissional.

2.1.6 Etapas da Auditoria Externa

As Normas Brasileiras de Contabilidade deixam explícito o processo de auditoria externa das demonstrações contábeis nos seguintes itens de sua extensão, realizados na seguinte ordem: 1) Planejamento de Auditoria (NBC T11 07); 2) Estudo e Avaliação dos Controles Internos (NBC T11 11.2.5); 3) Execução dos Procedimentos de Auditoria (NBC T11 11.1.2) e 4) Relatório de Auditoria (NBC TA 700). Cada etapa será aprofundada a seguir para melhor compreensão da questão que norteia este trabalho, em relação a ligação da auditoria externa a todo o corpo da organização, não somente ao setor contábil.

2.1.6.1 Planejamento de Auditoria

Os trabalhos de auditoria dão início a partir da etapa de planejamento, onde é realizada a definição da estratégia de trabalho e desenvolvimento do plano de auditoria personalizados para a entidade auditada. O planejamento da auditoria deve considerar todos os fatores relevantes na execução dos trabalhos. Para a realização do planejamento, o auditor deve, de acordo com a NBC T 11, ater-se aos seguintes itens:

- a) conhecer detalhadamente as práticas contábeis adotadas pela entidade e as alterações procedidas em relação ao exercício anterior;
- b) conhecer detalhadamente o sistema contábil e de controles internos da entidade e seu grau de confiabilidade;
- c) conhecer os riscos de auditoria e identificar as áreas importantes da entidade, quer pelo volume de transações, quer pela complexidade de suas atividades;
- d) conhecer a natureza, oportunidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados;
- e) tomar conhecimento da existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas;
- f) fazer uso dos trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos;
- g) compreender a natureza, conteúdo e oportunidade dos pareceres, relatórios e outros informes a serem entregues à entidade; e
- h) atender prazos estabelecidos por entidades reguladoras ou fiscalizadoras e para a entidade auditada prestar informações aos demais usuários externos.

Segundo Crepaldi (2010), nesta etapa, o auditor responsável deve documentar seu planejamento geral e preparar programas de trabalho por escrito, detalhando todos os fatores necessários ao entendimento dos procedimentos que serão aplicados, servindo como guia e controle de sua execução, a partir dos itens a seguir:

Na fase do planejamento inicia-se o processo de coleta de dados da entidade auditada, que permitem ao auditor atingir os objetivos da auditoria. Por isso é importante que o auditor identifique os fatos que possuem relevância, a fim de que somente estes sejam registrados nos relatórios de auditoria (ALBERTON, 2002).

A partir do que é colocado pelos autores, é possível identificar que o planejamento é a etapa em que os auditores têm conhecimento das principais atividades da organização, identificam suas principais áreas e seus valores mais representativos, garantindo que estes recebam maior atenção, identificam seus principais problemas, definem o formato dos trabalhos, testes e prazos. É a fase em que o auditor realiza para ter conhecimento do negócio da entidade, seu posicionamento de mercado.

Segundo Crepaldi (2010) o planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento das atividades, seus fatores econômicos, legislação aplicável, práticas contábeis e operacionais praticadas pela entidade, o nível geral de competência da administração.

2.1.6.2 Estudo e Avaliação dos Controles Internos

A NBC T11 coloca que o sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional.

O *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA, 2010) afirma que o controle interno abrange o plano de organização e todos os métodos e medidas praticados pela entidade para preservar seus ativos, confirmar a exatidão e fidedignidade dos dados contábeis, influenciar o desenvolvimento da eficiência e eficácia das operações e fomentar o cumprimento das políticas da entidade.

Crepaldi (2010) coloca que trata-se de “todos os instrumentos da organização destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa que permitam prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que se verificam dentro da empresa e que

produzem reflexos no seu patrimônio. ” Ou seja, o intuito final é saber se o que foi investido trará o retorno esperado ou custo benefício, através da vigilância e proteção dos seus ativos.

A partir dessas definições, Alberton (2002) identificou dois tipos de controle, o contábil, que compreende os sistemas de conferência, aprovação e autorização, segregação de funções, controles físicos sobre ativos e a auditoria interna, estando relacionado à veracidade e fidedignidade dos registros contábeis. E o administrativo, que compreende controle de qualidade, treinamento de pessoal, análise das variações entre valores orçados e incorridos, proporcionando o alcance dos objetivos da entidade.

Mais tarde, Crepaldi (2010) classifica o controle em três tipos, o operacional (ou administrativo), o contábil e o normativo, onde este último é relacionado a observância da regulamentação referente.

Alberton (2002) afirma que caso o auditor, encontre falhas ou deficiências no sistema contábil e de controles internos, estes serão tratados como controles não confiáveis e deve fazer recomendações de melhoria para esses controles testados, uma vez que foi identificado deficiência nos controles que ocasionou a não conformidade nos processos da entidade. Os testes para averiguar se os controles são efetivos ou não são realizados utilizando informações do sistema contábil e acompanhando uma operação do início ao fim, confrontando cada etapa desta e seus resultados com as políticas da entidade, manuais e normas internas. E todas as evidências recebidas referente ao controle interno devem ser registradas em memorandos, questionários ou fluxogramas padronizados da companhia de auditoria.

De acordo com os conceitos estudados, a avaliação do sistema de controles internos da entidade auditada contribui, significativamente, para o planejamento da auditoria, uma vez que a confiança nos controles impactará diretamente no volume de testes e amostra a serem analisados. Se os controles são eficientes, reduz o risco da auditoria e, conseqüentemente, possibilita a execução dos serviços com qualidade e dentro do prazo planejado.

2.1.7 Procedimentos de Auditoria

Segundo Attie (2009), são aqueles que, de caráter julgamental do auditor ou factual, baseado nos fatos apresentados nas evidências, permitem uma conclusão quanto à razoabilidade das operações e de seus saldos e seus reflexos que influenciam diretamente nas demonstrações contábeis. São as ferramentas técnicas utilizadas na auditoria para realização

de um trabalho imparcial, fundamentado em análises sistemáticas. Perez Jr. (2010, p. 126) aponta que “[...] os procedimentos de auditoria representam os trabalhos que serão executados pelo auditor para obtenção da evidência de auditoria que suportará a opinião que será emitida.”

Os procedimentos de auditoria abrangem uma série de técnicas que possibilitam ao auditor a obtenção de evidências comprobatórias ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas e contemplam testes de observância e testes substantivos, como por exemplo testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica. (NBC T11).

Ainda conforme a NBC T11, os principais tipos de testes de auditoria são os testes de observância, ou testes de aderência, que consistem em verificar se as informações de auditoria estão sendo devidamente registradas de modo a certificar que um relatório transmitido pela entidade aos auditores é fidedigno e que as diretrizes, manuais, procedimentos e instruções de trabalho, tanto operacionais como contábeis, estão sendo corretamente cumpridas pelos executores e administradores da entidade auditada. Estes testes visam obter razoável segurança quanto ao cumprimento e funcionamento dos procedimentos de controles internos da entidade auditada.

Os testes substantivos são procedimentos técnicos que buscam obter evidências suficientes e convincentes sobre as transações, saldos e divulgações nas demonstrações financeiras que proporcionam embasamento para emissão do relatório de auditoria. Crepaldi (2010) coloca que o objetivo dos testes substantivos é atestar a correção de um ou mais pontos relacionados a rela existência do patrimônio testado, se realmente existem na data base auditada, se a transação ocorreu de fato, se está tudo devidamente registrados, de acordo com os princípios de contabilidade.

Os testes globais de auditoria têm por finalidade concluir se o saldo total apresentado é razoável, possibilitando saber se não serão necessários testes mais detalhados. Como por exemplo, recálculo de rendimentos de aplicações financeiras, juros de empréstimos ou folha de pagamento.

Os procedimentos de revisão analítica, também chamado de PRA pelos auditores, segundo Crepaldi (2010) correspondem a uma modalidade de teste que avalia por meio de comparação de dois períodos os elementos econômico-financeiros e mercadológicos que influenciaram as variações monetárias. O PRA, é fundamentado com base em análises

internas, em relação ao setor correspondente, a posição da empresa no mercado, seu crescimento ou declínio econômico, se foi impactada por outra área. Por exemplo, na revisão analítica da área de custos com vendas, será analisado a variação da receita é proporcional a variação do custo das vendas, e se esta por sua vez cresceu ou diminuiu devido a novo concorrente de mercado.

Segundo a NBC T 11, item 11.2.6.1, “a aplicação dos procedimentos de auditoria deve ser realizada, em razão da complexidade e volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, cabendo ao auditor, com base na análise de riscos de auditoria e outros elementos de que dispuser, determinar a amplitude dos exames necessários à obtenção dos elementos de convicção que sejam válidos para o todo”.

Alberton (2002) diz que “as técnicas de auditoria ou os métodos de coleta de evidências, estão relacionados com os atos a serem praticados durante o trabalho, servindo de meios que fornecem as provas exigidas pelo auditor para a emissão do relatório de auditoria.”

Algumas dessas técnicas referem-se a contagem ou inspeção física, confirmação externa ou circularização, exame de documentos, conferência de somas e cálculos, exame dos registros (escrituração) contábeis/operacionais, investigação minuciosa ou revisão analítica, conversação ou entrevista ou inquérito, exame de registros auxiliares, correlação das informações obtidas, observação e estudos dos métodos operacionais, avaliação dos controles internos e procedimentos alternativos.

2.2 Processo Decisório

Os conceitos de tomada de decisão possuem muitas vertentes, desta forma, os tópicos a seguir foram seguidados com o intuito de conduzir o estudo para a tomada de decisão estratégica nas organizações de médio porte.

2.2.1 Conceitos

Em 1947 Herbert Simon, no intuito de explicar o comportamento humano nas organizações, lança o livro *Comportamento Administrativo* e com ele se inicia a Teoria das Decisões, onde o autor afirma que “... cada pessoa participa racional e conscientemente, escolhendo e tomando decisões individuais a respeito de alternativas racionais de

comportamento.”. Contudo, os conceitos de decisão vêm se aprofundando ao longo dos anos, segundo Oliveira (2004), a tomada de decisão trata-se de uma ação decorrente ao processamento de informações analisadas. Diante as mais adversas situações, os gestores procuram informações de apoio cada vez mais completas que demonstrem a realidade da situação da empresa para que se possa tomar decisões mais corretas e ágeis, pois as decisões influenciarão no desempenho da entidade.

Desta forma, Porto e Bandeira (2006), afirmam que “o processo decisório nas organizações, portanto, converte-se na essência da habilidade gerencial, em que a responsabilidade do gestor é decidir a melhor alternativa para cada momento em que se encontra a organização, de modo a garantir os resultados esperados. ”.

Chiavenato (2010) diz que cada indivíduo toma as decisões de forma consciente e racional, escolhendo a opção mais adequada, de acordo com suas percepções relacionadas à seus interesses, motivações, atitude e personalidade. E adicionalmente, Maximiano (2009) coloca que a diferença entre racionalidade e intuição é que a primeira é baseada na proporção de informação e a segunda, em opinião e sentimentos. Quanto maior a quantidade de informações, mais racional é o processo. Quanto mais as opiniões e sentimentos influenciarem, mais intuitivo a decisão se torna.

Robbins (2010) pontua objetivamente que a tomada de decisão ocorre em reação a um problema. Um problema existe quando se verifica uma discrepância entre o estado atual das coisas e seu estado desejável.

Bertoncini et al. (2013) apontaram que o processo para a tomada de decisão possui muitos espaços para se cometer erros devido a percepções pessoais do indivíduo que tomará aquela decisão. Para diminuir o risco de erros os autores propuseram etapas para nortear o processo de forma clara e ordenada:

- 1) Identificar um problema existente: entender a natureza desse problema e delimitá-lo de forma detalhada e específica com a intenção de fazer um diagnóstico para compreender em que contexto o problema identificado está inserido;

- 2) Enumerar alternativas possíveis para a solução do problema: após a análise e consideração das variáveis que afetam direta e indiretamente o problema;

- 3) Selecionar a mais benéfica das alternativas: depois de ponderar todas as informações que poderiam antecipar as consequências de cada alternativa, traçando possíveis cenários tentando prever os resultados de forma mais assertiva possível;

4) Implementar a alternativa escolhida: e acompanhar a execução para medir o grau de eficiência e eficácia da alternativa adotada como solução do problema identificado

5) Reunir feedback para descobrir se a alternativa implementada está solucionando o problema identificado: para garantir que o problema não voltará a se repetir e se os colaboradores estão realizando o novo procedimento da forma correta.

2.2.2 *Tomada de Decisão*

A tomada de decisão, pode ser realizada de diversos formatos, partindo sempre do tipo de situação e do conjunto de informações que possuem à disposição do tomador da decisão.

Bertoncini et al (2012) coloca que normalmente a tomada de decisão se encaixa dentro de dois modelos mais comuns, são eles o modelo de decisão racional e comportamental.

Ainda segundo o autor, o modelo racional compreende uma situação a qual as informações são perfeitas, ou seja, são completas, influenciam diretamente a direção da decisão e desta forma, entre a grade opção de alternativas disponíveis possível, o tomador de decisão é capaz de ponderar lógica e sistematicamente a opção que vai de encontro aos interesses da organização, sem a influência de objetivos pessoais ou fatores emocionais.

Já o modelo comportamental, considera que a decisão tomada baseia-se na experiência profissional do tomador da decisão, na sua percepção particular acerca da situação, uma vez que o mesmo não pode contar com informações completas e fundamentadas que agregariam valor à tomada de decisão, possibilitando até mesmo uma abertura de um leque maior de opções.

No quadro a seguir, estão contrapostas as principais diferenças entre os dois modelos:

Quadro 01 - Modelos de Decisão

Modelo Racional	Modelo Comportamental
1. O tomador de decisões tem informações perfeitas (relevantes e acuradas).	1. O tomador de decisões tem informações imperfeitas (incompletas e possivelmente imprecisas).
2. O tomador de decisões tem uma lista exaustiva de alternativas dentre as quais pode escolher.	2. O tomador de decisões não tem um conjunto completo de alternativas ou não entende plenamente aquelas que têm à disposição.
3. O tomador de decisões é racional	3. O tomador de decisões tem uma racionalidade definida e se restringe a valores, experiência, hábitos etc.
4. O tomador de decisões sempre tem em mente os melhores interesses da organização.	4. O tomador de decisões escolherá a primeira alternativa minimamente aceitável.

Fonte: CARAVANTES; PANNO; KLOECKNER, 2005, p.455

Diferentemente de Bertoni, Maximiano (2009), classifica em duas categorias as decisões podem ser divididas em duas categorias: as programadas e não programadas.

As decisões programadas são aquelas rotineiras e repetitivas:

As decisões programadas fazem parte do acervo de soluções da organização. Resolvem problemas que já foram enfrentados antes e que se comportam sempre da mesma maneira. Não é necessário, nesses casos fazer diagnósticos, criar alternativas e escolher um curso de ação original. Basta aplicar um curso de ação predefinido. Exemplos de decisão programadas são políticas, algoritmos, procedimentos e regras de decisão. (MAXIMIANO, 2009, p.59).

As decisões não programadas é uma decisão única, tomada uma única vez:

As decisões não programadas são preparadas uma a uma, para atacar problemas que as soluções padronizadas não conseguem resolver. São atitudes novas, que a organização está enfrentando pela primeira vez e admitem diferentes formas de serem resolvidas, cada uma com suas vantagens e desvantagens. Situações desse tipo precisam de um processo de análise sucessivas, desde o entendimento do problema até a tomada de decisão. (MAXIMIANO, 2009, p.59).

Decisões programadas economizam tempo e energia, evitando que os gerentes se desgastem procurando soluções para problemas que já foram resolvidos antes, um dos objetivos do projeto decisório deve ser o de procurar criar o maior número de decisões programadas possíveis. (MAXIMIANO, 2009).

2.2.3 Níveis da Tomada de Decisão

Rezende e Abreu (2013) afirmam que, em cada nível que é tomado um tipo de decisão, a informação necessita de condições diferentes para a sua devida agregação, e os diferentes níveis de decisão requerem informações diferentes nos diversos modos de exibição. Explicase, a seguir, conforme Rezende e Abreu (2013), os níveis da informação e suas relações:

- Nível operacional: considera a influência de uma parte mais específica da estrutura organizacional da empresa, que cria condições para a apropriada realização de seus trabalhos rotineiros. Contempla tarefas ou atividades menores e precisas. O nível da informação, neste caso, é detalhado.
- Nível tático ou gerencial: abrange certo conjunto de pontos, aspectos iguais da estrutura organizacional de uma empresa. Nessa situação, o nível da informação é em grupos, considerando a relação entre determinadas informações de um setor, unidade e/ou de um negócio.
- Nível estratégico: considera a influência e a interação de toda estrutura organizacional da empresa com o ambiente. Contempla a empresa em sua totalidade, ou seja, Meio Ambiente Interno e/ou Externo (MAIE). O nível da informação, neste caso, é macro.

2.3 Papel da Auditoria Externa no Processo Decisório

Segundo Moritz e Pereira (2012), os métodos que dão suporte à tomada de decisão, que respondem à escassez de recursos e ao aumento de ônus desses recursos, fazem com que as decisões sejam tomadas baseando-se em critérios racionais garantindo que os retornos obtidos sejam aperfeiçoados continuamente. Os mesmos autores ainda colocam que esses critérios racionais são alimentados pelas informações e que por isso estas precisam ser completas e precisas, trabalhadas com rigor para que sejam úteis. Uma vez que a qualidade dessas informações pode interferir e manipular a tomada de decisão.

A não compreensão da informação contábil transforma, muitas vezes, as demonstrações contábeis em um simples cumprimento das obrigações legais, em vez de munir o administrador ou o proprietário com informações úteis para o processo de tomada de decisões (STROEHER, 2006).

Stroeher (2006), destaca que, para o ambiente contábil, os eventos econômicos são fontes básicas para entendimento e elaboração da informação contábil; o papel do contador é transmitir, observar esses acontecimentos e compilar os dados para transmitir toda a informação através dos relatórios contábeis. O autor ainda afirma que a informação contábil é uma ferramenta que o administrador possui para analisar suas atividades. Uma vez que as principais operações da organização termina com a contabilização dos montantes movimentados durante a realização dessas operações.

Segundo Pitela (2000), ao desempenhar suas funções, o administrador precisa obter informações que o possibilitem de acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar os resultados consequentes dessas ações, planejando metas e políticas que viabilizem o alcance de seus objetivos. Neste momento é estabelecida a relação entre a Contabilidade e a Administração, pois ela pode disponibilizar ao administrador tais informações.

A Deliberação N° 29 da Comissão de Valores Mobiliários (1986) determina que, através de suas análises e informações geradas, a contabilidade proporciona um conhecimento mais aprofundado das estruturas de rentabilidade e financeiras, auxiliando os tomadores de decisões a aumentar seu patrimônio.

Desta forma, podemos associar que as informações estão diretamente ligadas aos riscos aos trazidos pela incerteza em relação as consequências da decisão é o que torna o processo decisório mais complexo. Contudo essa incerteza pode ser amenizada se a decisão estiver bem fundamentada, com informações relevantes, fidedignas e favoráveis (BARBOSA, 2016).

Conforme a norma NBC T1 aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução n° 785/95:

O objetivo básico da Contabilidade é prover informações úteis para a tomada de decisão organizacional. ... As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

Em síntese, as informações fornecidas pela contabilidade devem ser úteis para prever, comparar, avaliar a capacidade de uma empresa em gerar riqueza futura e julgar a habilidade do administrador em utilizar os recursos da empresa com eficiência no atendimento de seu objetivo principal.

E conforme a NBC TA 200, é trabalho do auditor transmitir uma opinião sobre as informações contábeis, cumprindo sempre as obrigações éticas, que são a integridade do

auditor, sua objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e conduta profissional; além de exercer o julgamento profissional de forma imparcial e livre de qualquer viés, que são as decisões tomadas pelo auditor sobre os cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria, baseada em seu julgamento e respeitando normas contábeis, éticas e de auditoria; e sempre ceticismo profissional que trata-se da postura questionadora sobre as situações apresentadas pelas informações contábeis.

Desta forma, considerando toda a literatura levantada nesta pesquisa, é na validação das informações contábeis que a auditoria externa possui o papel fundamental na tomada de decisão das organizações. Uma vez que essas informações estão validadas por profissionais independentes, elas absorvem maior confiabilidade e certeza para fomentar a tomada de decisão dos gestores.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

“O caminho e os passos a seguir, no decorrer do projeto, representaram a metodologia do mesmo, que devem apresentar as técnicas que foram utilizadas para a coleta e análise dos dados (entrevistas, questionamentos, testes, técnicas de agrupamento de dados, elaboração de tabelas, descrição e codificação).” (KAUARK, MANHÃES e MEDEIROS, 2010).

Para Severino (2018), não basta seguir um método e aplicar técnicas para se completar o entendimento do procedimento geral da ciência. Esse procedimento precisa ainda referir-se a um fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia praticada.

3.1 Ambiente da Pesquisa

O ambiente da pesquisa foi uma das empresas do grupo de empresas de auditoria denominadas *Big Four* (*EY – PWC – Deloitte e KPMG*), por serem as quatro maiores empresas de auditoria do mundo. Segundo o relatório anual do IDC MarketScape reconheceu essa empresa como líder mundial em consultoria de negócios e serviços de auditoria. O documento representa as opiniões dos clientes que compram serviços.

A partir daí, a pesquisa foi realizada sobre percepção dos auditores da empresa acerca do tema abordado neste trabalho utilizando de questionário para avaliar qualitativamente e de forma aprofundada o que propõe os objetivos deste trabalho. Uma vez que o contato direto

com os profissionais experientes da área, trará visão mais correta e abrangente, tendo em vista que são esses profissionais que realizam a leitura da informação e repassam sua opinião à administração da empresa a qual servirá de base para a tomada de decisão.

3.2 Natureza da Pesquisa

O presente trabalho é de natureza qualitativa, onde nesta, a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, porém convence na forma de experimentação empírica, a partir da análise feita detalhadamente, abrangente, consistente e coerentemente, assim como na argumentação lógica das ideias. Por este motivo, ela é mais utilizada e necessária nas ciências sociais, onde o pesquisador participa, compreende e interpreta (VERGARA, 2016). Nesta, o pesquisador é o instrumento principal, onde valoriza o processo e não apenas o resultado, dado que abre espaço para a interpretação.

Para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Marconi e Lakatos (2017) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. Assim, o que percebemos é que a ênfase da pesquisa qualitativa é nos processos e nos significados.

Partindo das definições apresentadas pelos autores, é possível confirmar que a natureza de pesquisa qualitativa é a que melhor se adequa para esta pesquisa.

3.3 Tipologia da Pesquisa

De acordo com Vergara (2016), existem vários tipos de pesquisas, podendo ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que

tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2008).

Segundo Malhotra (2011), a pesquisa exploratória é usada em casos nos quais é necessário definir o problema com maior precisão. O seu objetivo é prover 21 critérios e compreensão. Tem as seguintes características: informações definidas ao acaso e o processo de pesquisa flexível e não-estruturado. A amostra é pequena e não-representativa e a análise dos dados é qualitativa. As constatações são experimentais e o resultado, geralmente, seguido por outras pesquisas exploratórias ou conclusivas.

Para Aaker, Kumar e Day (2004), a pesquisa exploratória costuma envolver uma abordagem qualitativa, tal como o uso de grupos de discussão; geralmente, caracteriza-se pela ausência de hipóteses, ou hipóteses pouco definidas.

Segundo Mattar, Oliveira e Mota (2014), os métodos utilizados pela pesquisa exploratória são amplos e versáteis. Os métodos empregados compreendem: levantamentos em fontes secundárias, levantamentos de experiências, estudos de casos selecionados e observação informal.

Desta forma, este estudo utiliza-se da pesquisa exploratória, com o objetivo de possibilitar a identificação de características que possam esclarecer e ratificar não somente a situação-problema, mas também os objetivos de pesquisa.

3.4 População e Amostra

A população foi composta por auditores independentes do escritório de Fortaleza da empresa de auditoria, não sendo estendida para outros estados por motivo de acessibilidade.

O objetivo de pesquisar os profissionais de auditoria foi obter a percepção dos mesmos relacionando a auditoria, uma área voltada para a contabilidade, com os aspectos da tomada de decisão, área voltada para a administração de empresas, com o intuito de obter sua opinião sobre a importância do seu trabalho para o processo de tomada de decisão.

A definição da amostra verificou-se segundo Imoniana (2008), plano de carreira auditor em TI é dividida em cinco níveis diferentes, equivalendo-se ao plano de carreira do auditor independente, conforme a seguir:

- Níveis 1 e 2 – Trainee e Assistente: são os níveis mais iniciais que desenvolvem atividades mais básicas, envolvendo questões relativas ao objetivo de auditoria,

princípios e padrões, éticas, papéis de trabalho, amostragem estatística. Possuem experiência de até dois anos na auditoria;

- Nível 3 – Semi-Sênior e Sênior: consiste no ponto crucial do aprendizado sobre auditoria, consolidando métodos avançados, ferramentas e técnicas, além de liderança de equipes, gerenciamento de riscos, seguimento do projeto desde o seu início até a emissão do parecer. Possuem experiência de até cinco anos de auditoria;
- Níveis 4 e 5 – Gerentes e Sócio: são funções mais estratégicas e envolvem questões como administração de risco, controle de qualidade, monitoramento e aconselhamento, além de maior ênfase no relacionamento com o cliente. Possuem experiência acima de seis anos de auditoria.

Felipe (2011, p. 60), complementa essas definições ao destacar em seu estudo que

O profissional do nível 3 é conhecido como encarregado de auditoria nas empresas, sendo responsável, principalmente, por efetuar o planejamento dos trabalhos de auditoria, identificar os riscos, coordenar e supervisionar os trabalhos da equipe em campo, além de executar os trabalhos de maior complexidade em conformidade com a metodologia, cumprir o orçamento de horas estipulados para cada trabalho, preparar o relatório com os pontos de auditoria, fazer a primeira revisão das demonstrações contábeis/financeiras do auditado e reportar os trabalhos diretamente para os superiores (gerentes/diretores/sócios).

Com base nestas definições, entende-se que a amostra ideal esteja no nível 3, uma vez que os seniores e supervisores têm maior experiência que trainees e assistentes, exercem papéis fundamentais no trabalho de auditoria e não estão tão envolvidos com a parte estratégica das empresas de auditoria e de relacionamento com o cliente, o que poderia trazer vieses potenciais de pesquisa.

3.5 Instrumento de Coleta de Dados

Um instrumento de pesquisa bem implementado é fundamental para que a pesquisa alcance seus objetivos, uma vez que a forma em que os dados são coletados deve ser clara, direta, prática e imparcial. Desta forma, Gil (2008) pontua quatro fatores importantes na elaboração de um instrumento de coleta de dados (questionário, formulário ou roteiro de entrevista): elencar todas as circunstâncias e perspectivas importantes; confirmar se as perguntas elaboradas consideram todos os objetivos planejados; usar linguagem direta e clara; reproduzir respostas prováveis para cada pergunta, afim de verificar se há algum sentido duplo ou falta de alternativas.

O autor continua apresentando mais alguns cuidados, tais como: evitar perguntas embaraçosas e a realização de cálculos pelo entrevistado e; não incluir perguntas que remetam a um passado distante e perguntas que já contenham respostas.

Vergara (2016) tranquiliza o pesquisador afirmando que uma pesquisa pode utilizar diversos instrumentos por não serem mutuamente excludentes. Existem vários instrumentos de coleta de dados, dentre eles; observação, formulário, questionário e entrevista.

Gil (2008) apresenta uma definição de questionário, entrevista e formulário, facilitando a distinção entre os mesmos.

Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. Formulário, por fim, pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas (GIL, 2008).

Marconi e Lakatos (2017) definem questionário como sendo “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Foi criado um questionário semi-estruturado online, por meio da ferramenta *google docs* disponível em docs.google.com, sendo direcionado a 40 auditores com cargos de seniores, gerentes e gerentes seniores da empresa de auditoria durante os meses de setembro à novembro de 2019. O *link* do questionário foi enviado aos auditores via e-mail plataforma de comunicação *on-line*.

Segundo Flick (2013), esse método de pesquisa semi-padrionizada serve para a reconstrução de teorias subjetivas, representadas pelo fato do entrevistado possuir uma reserva complexa de conhecimento sobre o tópico em estudo, cujo conhecimento inclui suposições que são explícitas e imediatas, as quais ele pode expressar espontaneamente ao responder uma pergunta aberta, e que são complementadas por suposições implícitas.

De acordo com Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004), esse instrumento de coleta permite tratar de temas complexos, conhecer os significados atribuídos pelos sujeitos a eventos e situações, e analisar as interações entre as pessoas e os processos que fazem parte do seu cotidiano.

Desta forma, o questionário foi estruturado em quatro partes:

- Parte I - Questões sobre a caracterização dos respondentes (perguntas 1 a 3)

- Parte II – Processos internos (perguntas 4 a 7): com objetivo de obter a opinião dos auditores referente a importância da confirmação da auditoria externa sobre os processos internos que afetam a informação contábil.
- Parte III - Informação contábil (perguntas 8 a 11): com o objetivo de obter a opinião do auditor sobre a importância da informação contábil para a tomada de decisão dos administradores.
- Parte IV - Trabalho da auditoria externa (perguntas 12 a 15): com o objetivo de obter a opinião do auditor sobre a importância do trabalho da auditoria externa para a tomada de decisão dos administradores.

Todas as perguntas foram fechadas em forma de afirmações baseadas nos fatores apontados no referencial teórico, exceto pela última pergunta do questionário, que tem como objetivo abrir espaço para que o auditor pontue informações que não foram levantadas ao longo do questionário e que contribuam para responder a problemática que guia este estudo.

3.6 Tratamento dos Dados

Com relação ao questionário foi realizado tratamento de dados com o auxílio do *software* Microsoft Excel, utilizando a escala de intensidade do tipo Likert de cinco pontos, tendo como possibilidades de respostas:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo (indiferente)
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

Para a análise dos dados, foi realizada análise críticas das respostas dos auditores, verificada a existência de uma padronização das respostas, para se chegar a uma conclusão comum.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A apresentação e análise dos dados foi dividida por etapas, conforme foi dividido o questionário. Onde estão sendo realizadas as análises e interpretações a partir da apresentação dos resultados referente as questões levantadas no questionário.

4.1 Resultado da Pesquisa

Conforme descrito na metodologia da pesquisa, as partes II a IV do questionário (perguntas 4 a 15), tratam dos processos internos, informação contábil e trabalho da auditoria externa, sendo, cada parte, composta por afirmações baseadas no conteúdo apresentado no referencial teórico deste trabalho.

Para análise das respostas foi utilizada a estatística descritiva, analisando os fatores relacionados aos processos internos, informação contábil e o trabalho da auditoria externa e comparando-os com conceitos teóricos trazidos neste estudo.

4.1.1 Caracterização dos respondentes

A caracterização dos respondentes da pesquisa foi realizada na primeira parte do questionário. Para tabular estes dados foi utilizado o método de estatística descritiva, com o intuito de prover o perfil dos auditores pesquisados, apresentado os resultados através de gráficos. As características que foram pesquisadas e aprofundadas nesta seção em relação à caracterização dos respondentes foram a idade, o cargo exercido e há quanto tempo o respondente trabalha na auditoria. Partindo de uma população de 40 auditores, foi possível obter uma amostra de 20 respondentes, 50% do total.

Analisando a idade dos respondentes, através do Gráfico 01, é possível verificar que todos os pesquisados possuem idade de 23 e 33 anos, dos quais 60% deles possuem entre 26 e 28 anos.

Quanto ao tempo de experiência na auditoria, o Gráfico 02 mostra que 15 respondentes possuem de 3 a 4 anos de experiência em auditoria. Conforme Imoniana (2008), auditores de 3 a 4 anos de experiência são considerados auditores experientes, pois possuem

como atribuições ficar encarregados por equipes e projetos de auditoria, desenvolvendo funções mais complexas do trabalho.

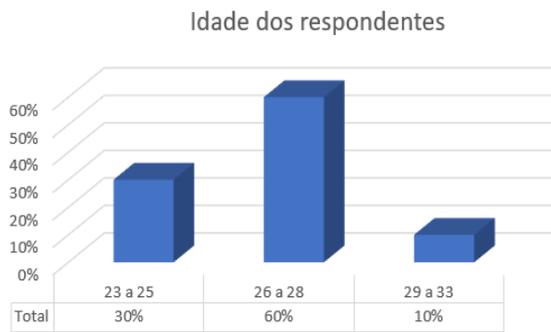


Gráfico 01 – Idade dos respondentes



Gráfico 02 – Tempo de experiência na auditoria

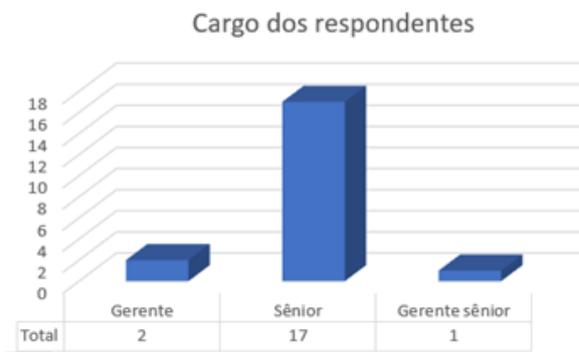


Gráfico 03 – Cargo dos respondentes

Quanto ao cargo dos respondentes, 17 deles são sênior de auditoria, 2 são gerentes e 1 é gerente sênior. Desta forma, conforme mostra o Gráfico 03, três dos respondentes são executivos, possuindo responsabilidades de gestão e dezesseis são sênior encarregados de equipes.

4.1.2 Processos internos

O objetivo da parte II do questionário foi obter a opinião dos auditores referente à importância da confirmação da auditoria externa sobre os processos internos que afetam a informação contábil.

Partindo desse objetivo, a pergunta 4 do questionário aborda sobre a concordância dos auditores ao afirmar que o entendimento dos processos da empresa traz para a auditoria a

visão de como funciona a entidade e suas principais atividades, possibilitando assim, verificar as possíveis não conformidades que podem afetar a informação contábil.

20 respostas

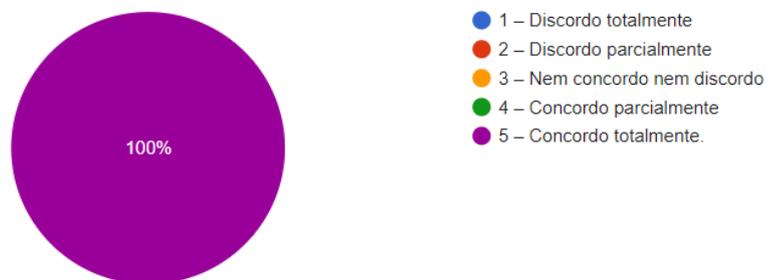


Gráfico 04 – Resposta dos auditores sobre a pergunta 4 relacionada a processos internos

Verifica-se que houve unanimidade de opinião quando os auditores informam que concordam totalmente com a afirmação da pergunta 4. Esse resultado está em coerência com o que a NBC TA pontua para a realização da auditoria, que o auditor deve conhecer detalhadamente o sistema contábil, de controles e processos internos da entidade e seu grau de confiabilidade.

Em conclusão, uma vez que o auditor está familiarizado com o processo da empresa, em como a informação contábil é afetada. Caso a auditoria encontre uma falha nos controles internos, é sugerido à administração o ajuste no processo, caso esse processo esteja em um nível mais complexo e a não conformidade afete as operações da empresa de forma mais significativa, a auditoria pode aconselhar ao administrador que seja realizada uma consultoria para que ocorra mudanças nos procedimentos com a finalidade de reduzir ou corrigir as não conformidades.

A pergunta 5 do questionário afirma sobre o objetivo de entender os processos da empresa e testar seus controles internos com a finalidade de garantir que os dados gerados a partir das atividades operacionais da empresa possam ser confiáveis.

20 respostas

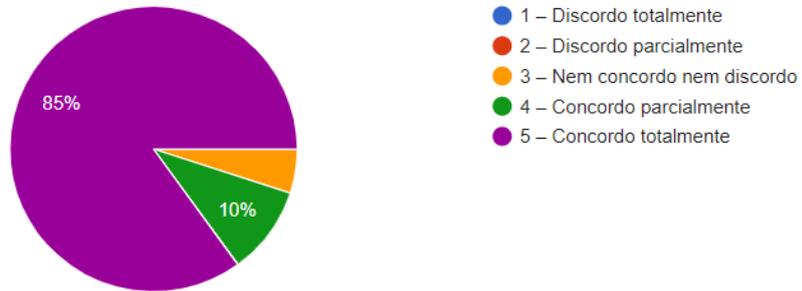


Gráfico 05 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 5 relacionada a processos internos

Os resultados mostram que 85% dos respondentes concordam totalmente com a pergunta 5, 10% deles concordam parcialmente e 5% possuiu opinião indiferente. Com este resultado, é possível considerar que a maioria dos respondentes concordam com a afirmação, em conformidade com o que coloca o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA, 2010) quando afirma que o controle interno abrange o plano de organização e todos os métodos e medidas praticados pela entidade para preservar seus ativos, confirmar a exatidão e fidedignidade dos dados contábeis, influenciar o desenvolvimento da eficiência e eficácia das operações e fomentar o cumprimento das políticas da entidade.

A pergunta 6 do questionário versa que as principais atividades operacionais de uma entidade resultam em impacto contábil, gerando algum tipo de receita ou despesa e que a validação dos processos dessas atividades pela equipe de auditoria externa reduz o nível de incerteza das informações geradas durante esses processos.

20 respostas

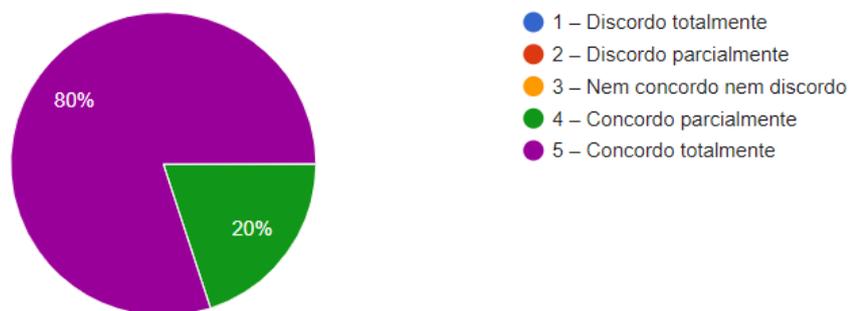


Gráfico 06 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 6 relacionada a processos internos

A pergunta 6 fornece resultados positivos quanto à sua afirmação, ao apresentar que 80% dos auditores concordam totalmente com o que foi pontuado e 20% concorda parcialmente. A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T11 complementa a pergunta 6 quando afirma que o sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis e da sua eficácia operacional.

A pergunta 7 do questionário relata sobre o objetivo do relatório de controles internos que é informar à empresa a não conformidade encontrada, os riscos implicados por essa não conformidade, bem como ela afeta os saldos contábeis e a sugestão de melhoria no processo, com o objetivo de reduzir/prevenir os erros que afetam a informação contábil.

20 respostas

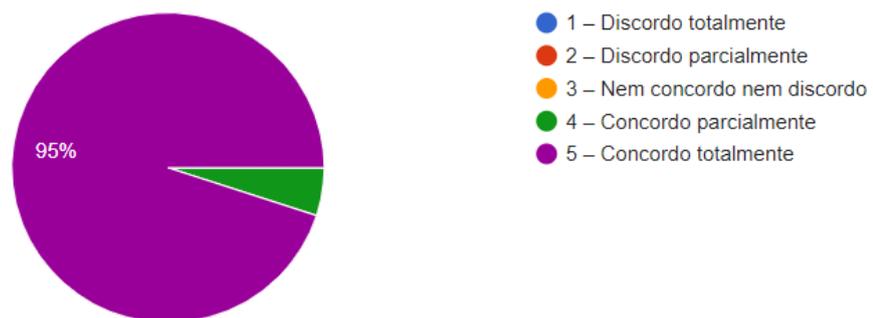


Gráfico 07 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 7 relacionada a processos internos

Os resultados da pergunta 7 também são favoráveis ao que ela afirma, uma vez que o nível de concordância está em 100% das respostas dos auditores, variando entre 95% concordam totalmente e 5% dos auditores concordam parcialmente.

Após o estudo dos processos internos e análise dos controles internos, a equipe de auditoria emite um relatório com todos os pontos de não conformidade levantados, apontando a situação encontrada, indicando qual o risco daquela não conformidade e recomendando uma forma da empresa realizar uma melhoria naquele processo. É importante ressaltar que a auditoria não realiza trabalho de consultoria, ela pode direcionar o administrador para esclarecer os problemas encontrados, porém a implantação da melhoria e de novos processos é realizado por uma equipe de consultoria.

4.1.3 Informação contábil

O objetivo da parte III deste questionário foi obter a opinião dos auditores sobre a importância da informação contábil validada para a tomada de decisão.

Desta forma a pergunta 8 trata sobre um dos conceitos da informação contábil quando aborda que ela é resultado das atividades operacionais (eventos econômicos) da organização e seus processos internos.

20 respostas

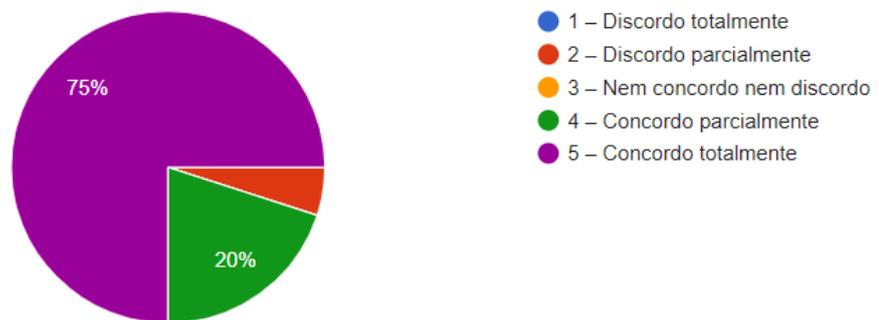


Gráfico 08 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 8 relacionada a informação contábil

É possível considerar que o resultado da pergunta 8 também foi positivo, ao mostrar que 75% dos auditores concordam totalmente com o que afirma a pergunta, 20% concordam parcialmente e apenas 5% discordam parcialmente. Desta forma, 95% do resultado mostra-se favorável ao que a pergunta pontua.

O resultado tem fundamento, uma vez que as principais operações da organização termina com a contabilização dos montantes movimentados durante a realização dessas operações. (STROEHER, 2006). Em linha o conceito abordado por Montoto (2018), quando fala que as entidades econômico-administrativas produzem fatos e eventos passíveis de contabilização, uma vez que registra, classifica e sintetiza, em termos monetários, essas transações. E, assim, desempenhar uma de suas principais funções que é prover informações úteis para a tomada de decisão organizacional. (NBC T1, 1995).

A pergunta 9 afirma que a contabilidade é responsável pelo registro dos eventos econômicos da entidade e que dessa forma, possibilita aos administradores acompanhar e avaliar o desenvolvimento e o impacto desses eventos na organização.

20 respostas

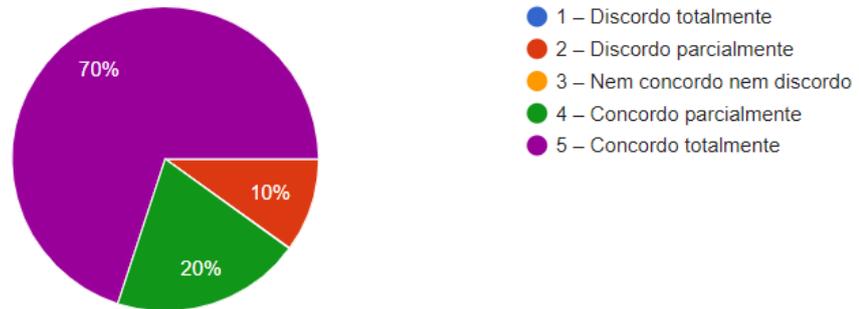


Gráfico 09 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 9 relacionada a informação contábil

O resultado da pergunta 9, apresentou resultado concordante com a literatura. Uma vez que mostrou que 70% dos auditores respondentes concordam totalmente com a afirmação e 20% concorda parcialmente. E os conceitos literários, por sua vez, confirmam a afirmação quando Stroehrer (2006) afirma que para o ambiente contábil, os eventos econômicos são fontes básicas para entendimento e elaboração da informação contábil; o papel do contador é transmitir, observar esses acontecimentos e compilar os dados para transmitir toda a informação através dos relatórios contábeis.

Uma vez que a informação contábil contém os registros de toda movimentação financeira gerada pelos eventos econômicos e operacionais da organização, esta é capaz de prover ao administrador fundamentação no momento da tomada de decisão.

A pergunta 10 indica que a contabilidade dá aos administradores subsídio à tomada de decisão, pois disponibiliza informações relevantes sobre a entidade, proporcionando compreensão do estado em que ela se encontra, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

20 respostas

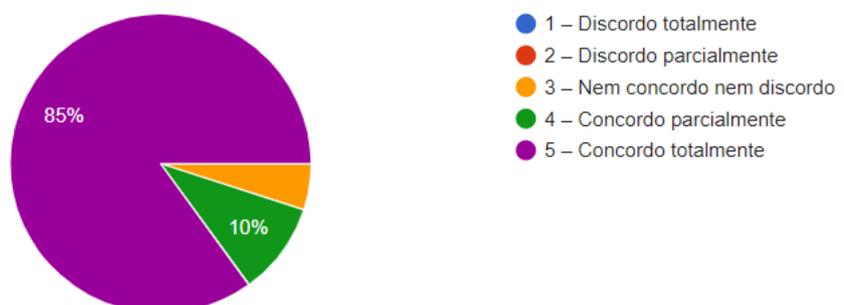
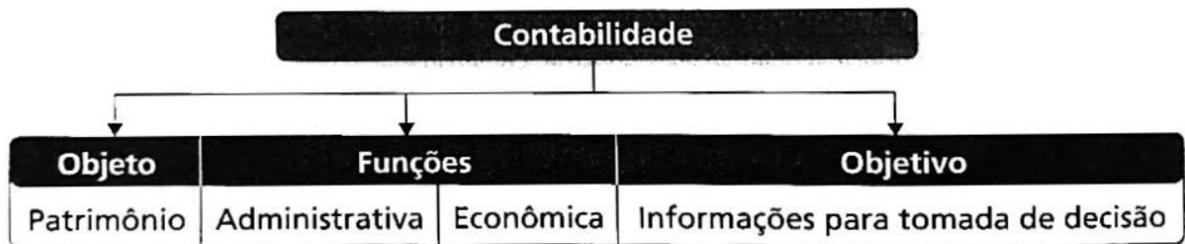


Grafico 10 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 10 relacionada a informação contábil

As repostas positivas geradas pela pergunta 10 apontam que 85% dos respondentes concordam totalmente com a afirmação da questão e 10% concordam parcialmente. Esse resultado possui conexão com o que afirma a Deliberação No 29 da CVM (1986) que, através de suas análises e informações geradas, a contabilidade proporciona um conhecimento mais aprofundado das estruturas de rentabilidade e financeiras, auxiliando os tomadores de decisões a aumentar seu patrimônio. Montoto (2018, p.43) afirma que “o objetivo final da contabilidade é o fornecimento de informações de natureza econômica, financeira e patrimonial para o controle das operações e para o planejamento”. E sintetiza essa afirmação segundo a Figura 01 a seguir.

Figura 01 – Objeto, função e objetivo final da contabilidade



Fonte: MONTOTO (2018, p.43)

A pergunta 11 coloca que além de servir de subsídio para a tomada de decisão de investidores e outros usuários externos, também é muito importante que a informação contábil seja fidedigna, acurada e livre de distorções, para que os administradores da própria entidade possam utilizar essa informação contábil afim de reduzir as incertezas das decisões a serem tomadas.

20 respostas

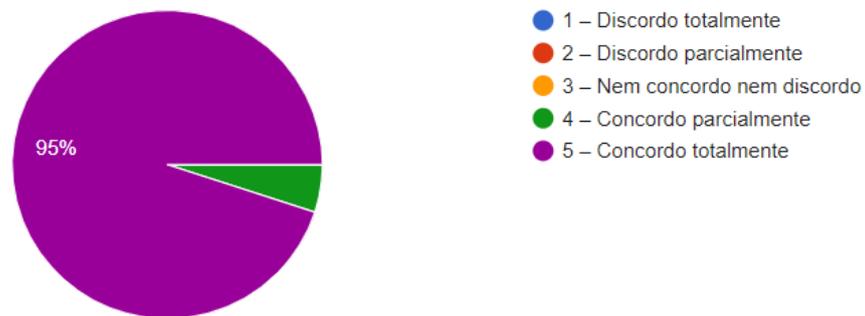


Gráfico 11 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 11 relacionada a informação contábil

Os auditores afirmaram, em concordância com a pergunta 11, ao responderem que concordam totalmente (95%) ou que concordam parcialmente (5%), apresentando consentimento unânime sobre o que indica na pergunta.

De fato, se a informação contábil será utilizada para a tomada de decisão é muito importante que exista um nível de assertividade maior nessas informações. Pois, se estas apresentarem menores índices de distorções, o administrador poderá confiar que esses dados organizados proverão conhecimento e conseqüentemente reduzirá as incertezas das alternativas disponíveis à decisão.

Ainda, Beatty e Liao (2014) afirmam que a contabilidade é responsável por processar e organizar dados de maneira a prover aos seus usuários uma base fundamentada e segura para a tomada de decisões, o que significa que, a contabilidade deverá ser fonte de informações que viabilizem o entendimento da condição em que a entidade se encontra.

Em consonância com a conclusão desta questão Sousa (2016) considera que a informação é relevante se ela for capaz de afetar as metas, de afetar a compreensão ou de afetar as decisões dos usuários. E para atender a estas expectativas, a informação tem que ser confiável, que possa apresentar exatamente os fenômenos que representa, possibilitando a verificabilidade de suas fontes.

4.1.4 Trabalho da auditoria externa

O objetivo da parte IV deste questionário foi obter a opinião dos auditores sobre a importância do trabalho da auditoria externa para a tomada de decisão dos administradores.

Partindo desse objetivo a pergunta 12 afirma que O trabalho da auditoria externa é validar a informação contábil através de testes e análises, com a finalidade de fornecer um parecer sobre as demonstrações contábeis, confirmando a acuracidade e fidedignidade dessas informações.

20 respostas

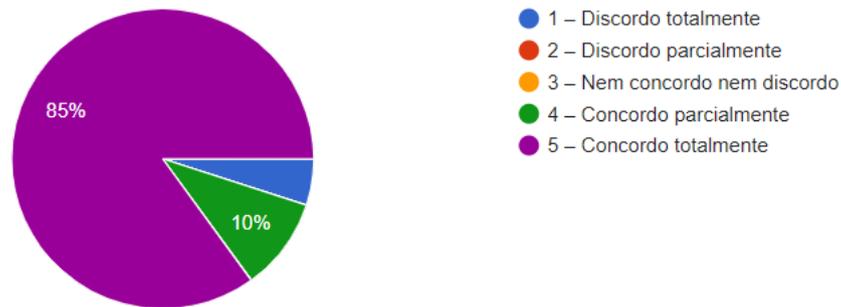


Gráfico 12 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 12 relacionada ao trabalho da auditoria externa

O resultado da pergunta 12 aponta que 85% dos respondentes concordaram totalmente com a afirmação da pergunta e 10% concordaram parcialmente. Por certo, a auditoria externa, após a análise dos processos internos da empresa, realiza testes e avaliações sobre os saldos contábeis gerados pelas operações da entidade, com a finalidade de expressar uma opinião sobre esses saldos, seja favorável ou não e confirmar se os saldos apresentados mostram ou não distorções e se mostrarem, se essas distorções se generalizam impactando o resultado da empresa. Para que, com o resultado do trabalho da auditoria externa, o administrador possa obter um nível de confiança sobre as informações

Em concordância, o Conselho Federal de Contabilidade afirma através da Resolução 1.203/09 (pg. 04) que o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas informações contábeis através de sua opinião acerca dessas informações. E desta forma, pode-se associar que as informações estão diretamente ligadas aos riscos trazidos pela incerteza em relação às consequências da decisão é o que torna o processo decisório mais complexo. Contudo essa incerteza pode ser amenizada se a decisão estiver bem fundamentada, com informações relevantes, fidedignas e favoráveis (BARBOSA, 2016).

As perguntas 13 e 14 tratam da responsabilidade ética do auditor e de sua independência para com a empresa auditada, onde a pergunta 13 coloca que a auditoria externa possui a obrigatoriedade de ser ética, imparcial, íntegra, cética e independente durante

a realização de seus trabalhos. Tais características agregam credibilidade às validações realizadas acerca das informações contábeis.

20 respostas

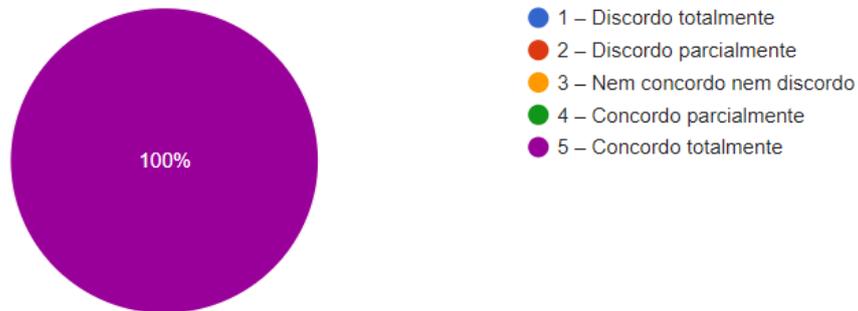


Gráfico 13 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 13 relacionada ao trabalho da auditoria externa

Os auditores responderam em unanimidade a afirmação da pergunta, como mostra o gráfico 13, 100% dos respondentes concorda totalmente com o que foi colocado.

E a pergunta 14 afirma que a validação feita pela auditoria externa fornece aos administradores um nível de certeza e segurança mais elevado, uma vez que a informação contábil foi testada e analisada por profissionais externos que não modificam a informação contábil, seja por interesse ou por erro. Onde também apresentou resultado confirmatório referente ao que declara a pergunta, 90% dos auditores respondentes concordam totalmente com que foi pontuado.

20 respostas

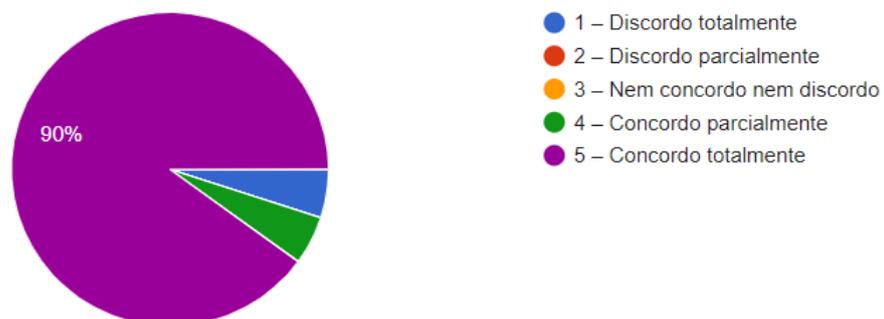


Gráfico 14 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 14 relacionada ao trabalho da auditoria externa

Com efeito, relacionando ambas as perguntas, a auditoria externa tem a obrigação de ser ética, imparcial e íntegra na execução de seus trabalhos, uma vez que parte da credibilidade do auditor está na sua capacidade de relatar uma opinião não tendenciosa, livre

de vícios e interesses. Em concordância, a NBC TA 200 abrange os requisitos para que o auditor exerça sua profissão, onde podemos destacar a integridade do auditor, competência e zelo profissional, confidencialidade e conduta profissional; o exercício de julgamento profissional, que são as decisões tomadas pelo auditor sobre os cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria, dentre outros já abordados na base teórica deste estudo.

Em consenso, Attie (2009) conclui que a tomada de decisões dos auditores está mais associada aos princípios éticos do que aos fatores técnicos. Uma vez que a opinião do auditor sobre determinada situação induzirá a opinião de outras pessoas na entidade, por isso deve ser coerente e íntegro.

A pergunta 15 alega que a informação contábil validada proporciona redução das incertezas na tomada de decisão, de forma que o administrador pode tomar decisões mais assertivas para alcançar os objetivos da organização.

20 respostas

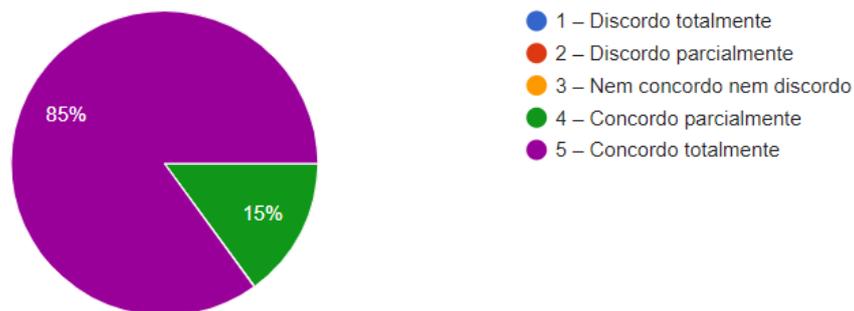


Gráfico 15 - Resposta dos auditores sobre a pergunta 15 relacionada ao trabalho da auditoria externa

A pergunta objetiva final do questionário aplicando também trouxe resultado positivo, quase unânime, quando mostra que 85% dos respondentes concordam totalmente com a afirmação e 15% concordam parcialmente.

Deveras, a informação contábil é utilizada como ferramenta de decisão pelo administrador, na percepção do auditor, e este, por sua vez, precisa que esta informação esteja correta e com o menor índice de distorções possível. O setor contábil da entidade já é responsável por registrar e organizar os dados gerados pelas operações da empresa, que mais tarde, se transformarão na informação contábil. Portanto, a validação dessa informação por parte de uma equipe de auditoria externa é muito importante para assegurar ao administrador

que a informação gerada pela contabilidade pode ser utilizada na tomada de decisão e publicada para seus investidores e outros usuários externos.

Em acordo com essa afirmação, levantando novamente o que dita a NBC T1, o objetivo básico da Contabilidade é prover informações úteis para a tomada de decisão organizacional, e conforme afirma Stroeher (2006), com a finalidade de munir o administrador ou o proprietário com informações úteis para o processo decisório. Com efeito Barbosa (2016) afirma que essas informações estão ligadas aos riscos trazidos pela incerteza em relação às consequências da decisão, mas que essa incerteza pode ser amenizada se a decisão estiver bem fundamentada, com informações relevantes, fidedignas e favoráveis.

Afim de garantir que as informações sejam relevantes, fidedignas e corretas, Pereira e Duarte Jr. (2009) afirmam que esses fatores colaboraram para que surgisse a obrigatoriedade de que fosse emitida uma opinião de alguém sem vínculos aos negócios das entidades, e que de maneira independente validasse a qualidade e a exatidão das informações geradas.

A partir dessa análise verifica-se a importância da auditoria externa para a tomada de decisão, uma vez que seu trabalho é emitir um parecer sobre a informação contábil, que poderá ser utilizada na tomada de decisão.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a percepção de auditores independentes, sobre a influência do trabalho da auditoria externa para tomada de decisão nas organizações auditadas. E teve a seguinte questão de pesquisa: quais contribuições a auditoria independente gera para o processo de tomada de decisão de organizações na visão dos auditores independentes? Uma vez que o próprio auditor é peça chave para esse entendimento.

Tendo base na revisão da literatura apresentada nesta pesquisa, foram identificados os seguintes fatores principais relacionados à influência da auditoria externa no processo decisório: os processos internos impactam na elaboração da informação contábil, desta forma é fundamental que a auditoria externa realize o entendimento e análise desses processos com a finalidade verificar se os processos estão sendo seguidos corretamente e que é possível confiar nesse processo e nos dados que ele gera; a informação contábil provê subsídio para a tomada de decisão dos administradores da organização, pois essa informação é produto final das atividades operacionais da empresa.

Os resultados da pesquisa foram relacionados aos processos internos tiveram correlação direta com o que aponta a literatura quando confirma que o entendimento dos processos da empresa traz para a auditoria a visão de como funciona a entidade e suas principais atividades, possibilitando assim, verificar as possíveis não conformidades que podem afetar a informação contábil, trazendo maior confiabilidade dos processos e controles internos, reduzindo o risco de a informação contábil não estar acurada.

Os resultados relacionados a informação contábil também apresentaram coerência com a base teórica apresentada nesta pesquisa ao levantar que a contabilidade é responsável pelo registro dos eventos econômicos da entidade e que dessa forma, possibilita aos administradores acompanhar e avaliar o desenvolvimento e o impacto desses eventos na organização e desta forma dá aos administradores subsídio à tomada de decisão, pois disponibiliza informações relevantes sobre a entidade, proporcionando compreensão do estado em que ela se encontra, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece. E por isso é muito importante que a informação contábil seja fidedigna, acurada e livre de distorções, onde entra o trabalho da auditoria externa.

Nos resultados referentes ao trabalho da auditoria, foi possível alinhar com o referencial literário deste estudo ao afirmar que o trabalho da auditoria externa é validar a informação contábil emitindo parecer sobre o nível de acuracidade dessa informação, agregando confiabilidade sobre a certeza da informação contábil gerada e, assim, provocando redução das incertezas na tomada de decisão.

Com base nesta análise, verifica-se de forma a validar a questão e os objetivos de pesquisa ao afirmar que a informação contábil oferece base de subsídio para à tomada de decisão; que o trabalho final da auditoria externa é validar a informação contábil emitindo parecer sobre o nível de acuracidade dessa informação, agregando confiabilidade sobre a certeza da informação contábil gerada e, assim, provocando redução das incertezas na tomada de decisão.

Esta pesquisa levantou as seguintes contribuições: verificar a importância da auditoria externa no processo de tomada de decisão dos administradores; entender a importância da informação contábil para a base de conhecimento dos administradores no processo de decisão; a importância de um profissional independente e o quanto o seu trabalho agraga em credibilidade a informação utilizada para a avaliação da decisão.

As limitações desta pesquisa foi que não foi possível estender a coleta de dados para outros estados, devido a dificuldade em acessibilidade e contatar os outros auditores, bem como não foi possível reconhecer o nome da empresa a qual foi ambiente desta pesquisa.

Sugere-se para trabalhos futuros e pesquisas acadêmicas em aprofundamento no estudo dos fatores identificados neste trabalho os seguintes temas: responsabilidade ética do auditor para com informação contábil e a as organizações; a visão do administrador sobre a importância da informação contábil para sua tomada de decisão; a visão do administrador sobre como o trabalho da auditoria influencia na tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

AAKER, David A.; KUMAR, Vineet; DAY, George S. **Marketing research**. John Wiley & Sons, 2008.

ABREU, Daniele Cunha de. **Governança Corporativa no Brasil**. 2013. Monografia (Especialização) - Curso de Contabilidade, Auditoria e Controladoria, AVM Faculdade Integrada, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/T208194.pdf. Acesso em: 06 out. 2019.

ALBERTON, Luiz. **Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental**. 2002. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro Tecnológico, Florianópolis.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

ATTIE, W. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009

BARBOSA, Irina. **Importância da Auditoria interna no Processo Decisório das Organizações**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Administração Universidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, Cabo Verde.

BEATTY, Anne; LIAO, Scott. **Financial accounting in the banking industry: A review of the empirical literature**. Journal of Accounting and Economics, v. 58, n.1, p. 339-383. Ohio and Toroto, USA. Nov-Dec, 2014.

BERTONCINI, Cristine et al. **Processo decisório: a tomada de decisão**. Revista FAEF. Garça, SP, v. 5, n. 3, p. 8-34, 2013.

CARAVANTES, Geraldo; PANNO, Cláudia; KLOECKNER, Mônica. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Pearson, 2005. 572 p

CARVALHO, Raul Espindula de. **A importância da tomada de decisão: e as dificuldades encontradas no momento de decidir**. 2012. Monografia (Bacharelado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

CFC (Conselho Federal de Contabilidade), 1995. **Resolução CFC n.º 785/95 - Aprova a NBC T1: Das Características da Informação Contábil**. Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_785.doc . Acesso em: 13 out. 2019

CFC (Conselho Federal de Contabilidade), 2009. **Resolução CFC N.º 1.203 - Aprova a NBC TA 200: Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria**. Disponível em: http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1203_2009.htm. Acesso em: 13 out. 2019

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM n. 29/86**. Brasília: CVM, 1986.

FELIPE, Gustavo Melcher. **A responsabilidade ética do auditor: um estudo exploratório sobre a percepção dos auditores independentes**. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. São Paulo: Penso Editora, 2013.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FUSIGER, Paula; SILVA, Letícia Medeiros da; CARRARO, Wendy Beatriz Witt Haddad. **Auditoria independente: principais infrações que acarretam em processo administrativo sancionador pela comissão de valores mobiliários**. Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da UFRGS, v. 15, n. 30, p. 76-93, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria de Sistemas de Informação**. 2 .ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Ed. Única. Itabuna – Bahia: Via litterarum, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 256 p.

LONGO, Cláudio Gonçalo. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 480 p.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 768 p.

MATTAR, Fauze Najib; OLIVEIRA, Braulio; MOTTA, Sergio. **Pesquisa de marketing: Metodologia, Planejamento, Execução e Análise**. 7. Ed. Elsevier Brasil, 2014. Obtido de <https://books.google.pt/books?id=h5KoBQAAQBAJ&hl=pt->

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 408 p.

SFC, Secretaria Federal de Controle Interno. **Instrução Normativa N° 01**, de 06 de abril de 2001. Ministério da Fazenda: Brasília, 2001. Disponível em <https://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>. Acesso em 28 out. 2019.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral e avançada**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 1120 p. (Coleção Esquematizado - Coordenador Pedro Lenza).

MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA, Maurício Fernandes. **Processo decisório**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. 158 p. Disponível em: http://arquivos.eadadm.ufsc.br/EaDADM/UAB_2011_1/Modulo_5/processo-decisorio/Livro%20texto%20-%20Processo%20Decisorio%20UAB%202ed%20Final%20Grafica.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

OLIVEIRA Antônio Gonçalves; MÜLLER Aderbal Nicolas; NAKAMURA, Wilson Toshiro. **A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas**. Revista da FAE, Curitiba, v.3, n.3, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.cde.br/publicacoes/revista.asp>. Acesso em: 13 out. 2019

OECD (2018), **Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais**, Edição 2015, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt>

PEREIRA, Alexandre Mendes; DUARTE JUNIOR, Victor Manuel. **Contribuição da auditoria para a melhoria nos controles internos**. 2009. 68 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/985938-Alexandre-mendes-pereira-victor-manuel-duarte-junior-contribuicao-da-auditoria-para-melhoria-nos-controles-internos-universidade-nove-de-julho.html>. Acesso em: 13 out. 2019.

PEREZ JUNIOR José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PITELA, Antônio Cesar. **O desempenho profissional do contador na opinião do empresário**. Revista Publicatio UEPG, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 8, 2000. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/10/7>. Acesso em: 13 out. 2019.

PORTO, Maria Alice Guedes; BANDEIRA, Anselmo Alves. **O processo decisório nas organizações**. XIII SIMPEP-Bauru, SP, Brasil, v. 6, 2006.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. São Paulo: Atlas, v. 3, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018. 320 p.

SILVA, Pablo Rogers. **Governança corporativa, mercado de capitais e crescimento econômico no Brasil**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SOUSA, Marco Aurélio Batista de et al. **Qualidade da informação contábil: Uma análise de suas características com base na percepção do usuário externo**. Revista Iberoamericana de Engenharia Industrial, Florianópolis, v. 8, n. 15, p.208-227, jan. 2016. Disponível em: <http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/IJIE/article/view/2939>. Acesso em: 16 nov. 2019.

SOUZA, Luiziane Agostine Alves de; DYNIEWICZ, Ana Maria; KALINOWSKI, Luísa Canestraro. **Auditoria: uma abordagem histórica e atual**. Revista de Administração em Saúde, São Paulo, v. 12, n. 47, p.71-78, abr-jun, 2010. Trimestral. Disponível em: http://www.cqh.org.br/portal/pag/anexos/baixar.php?p_ndoc=207&p_nanexo=287. Acesso em: 15 out. 2019.

STROEHER, Ângela Maria; FREITAS, Henrique. **Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional.** III Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação - CONTECSI, 3.Ed, São Paulo, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ANEXO I

Este QUESTIONÁRIO é parte integrante da monografia do curso de graduação de Administração da Unichristus com o objetivo de analisar os a importância da auditoria independente para a tomada de decisão da organização. Agradecemos sua colaboração ao responder as questões propostas com empenho, não sendo necessária sua identificação pessoal e/ou da empresa. Destacamos que as informações aqui cedidas serão factíveis de publicação na forma agregada e utilizadas eminentemente para âmbito acadêmico.

Instruções:

Para as questões objetivas, assinale notas de 1 a 5 de acordo com seu grau de concordância, sendo: 1 – Discordo totalmente / 2 – Discordo parcialmente / 3 – Nem concordo nem discordo / 4 – Concordo parcialmente / 5 – Concordo totalmente.

Para as questões subjetivas, responder com suas palavras levando em consideração seu conhecimento técnico e experiências vivenciadas em sua profissão.

*** Obrigatório**

Parte I - Caracterização dos respondentes

O objetivo da parte I deste questionário é obter informações sobre o perfil profissional dos respondentes.

1. Qual a sua idade? *

2. Qual o seu cargo?*

() Masculino () Feminino

3. Está há quantos anos na auditoria?

Parte II – Processos internos

O objetivo da parte II deste questionário é obter sua opinião referente a importância da confirmação da auditoria externa sobre os processos internos que afetam a informação contábil.

- 4. O entendimento dos processos da empresa traz para a auditoria a visão de como funciona a entidade e suas principais atividades, possibilitando assim, verificar as possíveis não conformidades que podem afetar a informação contábil.**
- 1 – Discordo totalmente
 - 2 – Discordo parcialmente
 - 3 – Nem concordo nem discordo
 - 4 – Concordo parcialmente
 - 5 – Concordo totalmente
- 5. A equipe de auditoria obtém entendimento sobre os controles utilizados pela entidade e testa se esses controles estão sendo devidamente realizados com o objetivo de garantir que os dados gerados das atividades operacionais da empresa podem ser confiáveis.**
- 1 – Discordo totalmente
 - 2 – Discordo parcialmente
 - 3 – Nem concordo nem discordo
 - 4 – Concordo parcialmente
 - 5 – Concordo totalmente
- 6. As principais atividades operacionais de uma entidade resultam em impacto contábil, seja gerando algum tipo de receita ou despesa. A validação dos processos dessas atividades pela a equipe de auditoria externa, reduz o nível de incerteza das informações geradas durante esses processos.**
- 1 – Discordo totalmente
 - 2 – Discordo parcialmente
 - 3 – Nem concordo nem discordo
 - 4 – Concordo parcialmente
 - 5 – Concordo totalmente
- 7. O relatório de recomendações emitido pela equipe de auditoria informa a empresa a não conformidade encontrada, os riscos implicados por essa não conformidade, bem como ela afeta os saldos contábeis e a sugestão de melhoria no processo com o objetivo de reduzir os erros que afetam a informação contábil.**

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente.

Parte III – Informação contábil

O objetivo da parte III deste questionário é obter sua opinião sobre a importância da informação contábil validada para a tomada de decisão.

8. A informação contábil é resultado das atividades operacionais (eventos econômicos) da organização e seus processos internos.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

9. A contabilidade é responsável pelo registro dos eventos econômicos da entidade. Desta forma, possibilita aos administradores acompanhar e avaliar o desenvolvimento e o impacto desses eventos na organização.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente.

10. A contabilidade dá aos administradores subsídio à tomada de decisão, pois disponibiliza informações relevantes sobre a entidade, proporcionando compreensão do estado em que ela se encontra, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

- 1 – Discordo totalmente

- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente.

11. Além de servir de subsídio para a tomada de decisão de investidores e outros usuários externos, também é muito importante que a informação contábil seja fidedigna, acurada e livre de distorções, para que os administradores da própria entidade possam utilizar essa informação contábil afim de reduzir as incertezas das decisões a serem tomadas.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente.

Parte IV - Trabalho da auditoria externa

O objetivo da parte IV deste questionário é obter sua opinião sobre a importância do trabalho da auditoria externa para a tomada de decisão dos administradores.

12. O trabalho da auditoria externa é validar a informação contábil através de testes e análises, com a finalidade de fornecer um parecer sobre as demonstrações contábeis, confirmando a acuracidade e fidedignidade dessas informações.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

13. A auditoria externa possui a obrigatoriedade de ser ética, imparcial, íntegra, cética e independente durante a realização de seus trabalhos. Tais características agregam credibilidade às validações realizadas acerca das informações contábeis.

- 1 – Discordo totalmente

- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente.

14. A validação feita pela auditoria externa fornece aos administradores um nível de certeza e segurança mais elevado, uma vez que a informação contábil foi testada e analisada por profissionais externos que não modificam a informação contábil, seja por interesse ou por erro.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

15. A informação contábil validada proporciona redução das incertezas na tomada de decisão, de forma que o administrador pode tomar decisões mais assertivas para alcançar os objetivos da organização.

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo totalmente

Por fim, há algum ponto que não foi abordado neste questionário que você gostaria de contribuir para responder a problemática que guia este estudo: quais as contribuições da auditoria independente para o processo de tomada de decisão nas organizações?

(Questão subjetiva)